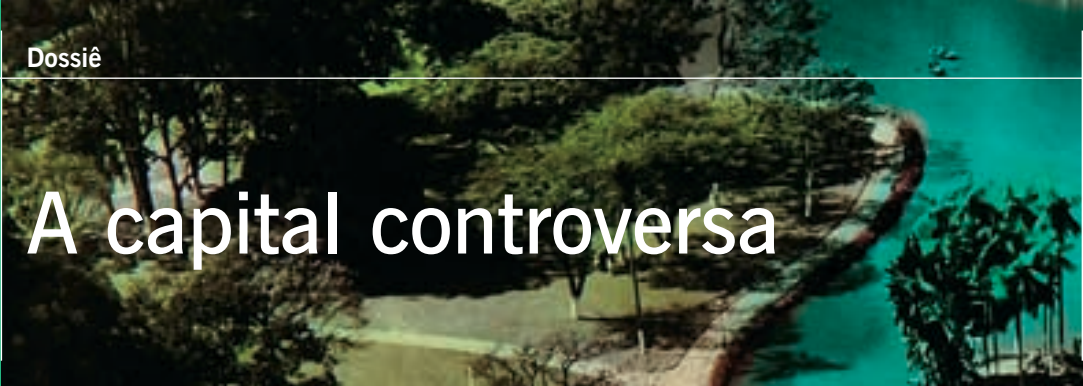


Revista do Arquivo Público Mineiro	Dossiê	Revista do Arquivo Público Mineiro	29
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi	 A capital controversa	O dissenso em torno do projeto de mudança da capital pôs em evidência o espectro das lutas internas na elite governante mineira, que se polarizou em duas posições, numa controvérsia só resolvida depois de superados os conflitos entre os grupos em disputa.	

> Há variadas formas de se refletir sobre a construção da nova capital de Minas Gerais, e inúmeros pesquisadores preocuparam-se em prestar sua contribuição ao tema. A mudança de uma capital é sempre uma decisão política que, por assim ser, implica valores, crenças, novas expectativas, interesses e necessidades reais ou presumidas. Ao mesmo tempo, envolve diferentes atores, a exemplo de seus idealizadores, construtores, futuros residentes, defensores e opositores à sua construção.

Especificamente no caso da “Cidade de Minas”, cujo projeto foi intensamente debatido e disputado voto a voto, destaca-se a existência de vencedores e vencidos. É impossível dar conta de tudo isso nos limites de um artigo. Assim sendo, propomo-nos a contribuir com as reflexões já produzidas, a partir de três perspectivas. A primeira, enfocando o árduo debate travado na imprensa de Juiz de Fora e de Ouro Preto sobre o tema. A segunda, propondo uma síntese de alguns trabalhos anteriormente realizados. A terceira por meio de uma leitura alternativa dos grupos em luta, a partir da análise da composição política e regional das comissões criadas para a deliberação da proposta.¹

Palco de debates

As pressões para a mudança da capital se iniciaram no ano de 1890 por meio da imprensa. A campanha começou em Juiz de Fora, no seu principal jornal, *O Pharol*. Aos poucos, outros jornais foram se posicionando a respeito do tema. A maior oposição à idéia vinha do *Jornal de Minas*, de Ouro Preto.²

De várias cidades provinham artigos, transcritos n’*O Pharol*, que apoiavam a transferência da capital, chegando a propor que a decisão fosse tomada por meio de um plebiscito. O *Jornal de Minas* respondia defendendo a permanência da capital em Ouro Preto. O

debate na imprensa tornou-se tão acirrado a ponto de serem proibidas transcrições de quaisquer notícias d’*O Pharol* nos jornais ouro-pretanos.

A imprensa de Juiz de Fora, em sua campanha por sediar a capital no município, alegava ser a região econômica e culturalmente a mais desenvolvida de Minas Gerais. Afirmava encontrar-se próxima ao Rio de Janeiro, para onde escoava a principal riqueza do Estado, o café, e de onde provinham as manifestações culturais. Afastar a capital do litoral seria condenar Minas à escuridão e ao atraso econômico. Só se justificaria uma capital construída no Centro – alegavam os juizforanos – em Estados em que a densidade populacional e o desenvolvimento fossem eqüitativos. Não era este o caso de Minas Gerais. Nesse projeto, seria reservado a Ouro Preto um papel de centralizador da cultura – uma *nova Coimbra* – e a Juiz de Fora, o papel de pólo político e econômico.

Aos poucos, o debate jornalístico ganhou as ruas. Alguns *meetings* foram realizados em Juiz de Fora e Ouro Preto, a favor e contra a mudança, respectivamente. O deputado Alexandre Stockler, representante da Zona da Mata, chamou a si a responsabilidade de centralizar as pressões pela mudança, chegando a reunir um abaixo-assinado com dez mil assinaturas, providas de várias regiões do Estado.³

As disputas extravasaram as fronteiras mineiras. Representações de Juiz de Fora foram enviadas ao Congresso e Executivo federais, solicitando a mudança. Representantes de Ouro Preto pressionaram Deodoro – então presidente da República – para que a lei que autorizava mudanças de capitais fosse cancelada. Líderes de Juiz de Fora solicitaram intervenção federal no Estado. Reuniões ocorriam entre mineiros residentes no Rio de Janeiro e São Paulo para discutir a questão. A imprensa nacional destacou vários momentos dessas divergências.

A disputa se tornou cada vez mais ferrenha. Ouro Preto ameaçou partir para a luta armada contra os “sindicatos de Juiz de Fora”.⁴ Por sua vez, os líderes políticos de Juiz de Fora ameaçaram separar a cidade de Minas, juntando-a ao Rio de Janeiro ou ao Espírito Santo, garantindo seu acesso ao mar. Desafiou Ouro Preto a viver a suas próprias custas e não apenas do dinheiro do café produzido pela Zona da Mata. Ao mesmo tempo, propôs que a decisão fosse tomada no Congresso Constituinte. Para isso, mobilizou-se pela eleição de representantes comprometidos com o mudancismo, sem que tivesse obtido o êxito desejado. O *Jornal de Minas* apresentava a proposta de uma nova capital como um vírus peçonhento de corrupção de costumes a absorver a seiva nacional.

A luta entre interesses políticos assumia caráter claro. As críticas que partiam d’*O Pharol* eram dirigidas contra Cesário Alvim, João Pinheiro, Augusto de Lima e Bias Fortes, tidos como lídimos representantes dos interesses de Ouro Preto. Acusava-os, primeiro, de obstaculizarem a mudança; segundo, de transferirem a capital com base em critérios de interesse exclusivamente pessoal.

O Pharol, sucessivas vezes, acusou a classe política de estar adquirindo terrenos na região em que hoje está Belo Horizonte antes de a decisão ser tomada, visando a ganhos futuros com a especulação imobiliária. Afirmava-se que muitos bancos, inclusive de outros Estados, que tinham interesse em operar em Minas Gerais, bem como proprietários de fábricas e políticos, haviam adquirido terrenos na região, aguardando por sua posterior valorização. O deputado Bernardino de Lima foi acusado de ter obtido uma concessão de extensão de via férrea até o local indicado para a nova capital.

Do *Jornal de Minas* partiam críticas à mudança, alegando que Ouro Preto reunia muitas estradas de ferro e cumpria bem o seu papel de capital do Estado. Quanto ao “Pantanal às margens do Paraibuna” (Juiz de Fora),

havia crescido em função das benesses do Estado, que investira muito em seu sistema viário. Em um *meeting* que reuniu 800 pessoas, um padre ouro-pretano propôs que não se consumisse mais cerveja na cidade, uma vez que toda ela provinha das fábricas de Juiz de Fora. Só esse boicote poderia fragilizar aquela “cidade de vícios”. *O Pharol* dirigia diariamente críticas aos governadores de Estado por estarem investindo às pressas na industrialização de Ouro Preto, para que a mudança não ocorresse.

Como se pode perceber, o debate na imprensa opunha dois grupos de valores estereotipados. De um lado, Juiz de Fora, uma cidade que se via moderna, industrializada e economicamente avançada. Mas era vista pelos seus oponentes como rebelde e viciada. De outro, Ouro Preto, que se percebia como um lídimo representante do Estado de Minas, por ser uma cidade culta e tradicional. Mas o grupo oponente a via como suja, mal-cheirosa e empobrecida. O grupo ouro-pretano inventava-se na tradição. O juiz-forano, na modernidade.

Historiografia da mudança

A transferência da capital de Ouro Preto não era uma idéia nova. Há notícias da ocorrência de inúmeras propostas ao longo dos anos.⁵ No entanto, as significativas transformações ocorridas após a proclamação da República provocaram o ressurgimento da questão mudancista.

Pode-se dividir a produção sobre o tema em dois grandes grupos. Um que destaca as bases políticas e regionais da disputa entre mudancistas e não mudancistas. Para este grupo, a opção pela construção da nova capital resultou em vencedores e vencidos. Outro que entende tal escolha como motivada por um esforço, bem ou mal-sucedido, de conciliação entre as diferentes regiões mineiras, com o fim de conferir alguma unidade ao Estado.

O trabalho de Hélio Lobo⁶ destaca-se como uma das primeiras referências à existência de dois grupos distintos no Estado, após a indicação de Cesário Alvim para a presidência de Minas Gerais,⁷ feita por Deodoro: o dos alvinistas e o dos dissidentes. O grupo dissidente, ao fazer oposição a Cesário Alvim no Estado e a Deodoro em âmbito nacional, propunha a retirada da capital de Ouro Preto como uma estratégia para conseguir maior número de cadeiras no Congresso Estadual Constituinte. Ao mesmo tempo, tentava garantir hegemonia política e econômica para a região agroexportadora, na qual seus representantes mais destacados se concentravam. Por essa razão, segundo o autor, Juiz de Fora teria sido a primeira cidade a desfraldar a bandeira da mudança da capital após a proclamação da República, tendo como porta-voz seu principal jornal, *O Pharol*, na edição de 30 de setembro de 1890. Em seguida, o jornal atuaria fortemente em prol do projeto mudancista, fomentando a organização de *meetings* que, por sua vez, eram respondidos com outros, organizados pela imprensa ouro-pretana, conforme visto anteriormente.

Da mesma forma, Afonso Arinos de Mello Franco⁸ explica o ressurgimento da proposta de mudança relacionando-a às disputas políticas e à diferenciação econômica no interior de Minas Gerais, ocorridas ao final do século XIX. A Zona da Mata, capitaneada por Juiz de Fora, pretendia sediar a nova capital e teria se unido ao sul de Minas para defender interesses comuns, uma vez que ambas as regiões eram cafeicultoras. A região central, após a decadência da mineração, não tinha mais fôlego para manter a capital. Na visão de Arinos, a divergência expressava diferentes interesses entre regiões economicamente dominantes e outras decadentes. Ao mesmo tempo, revelava um conflito político entre republicanos históricos (concentrados nas regiões cafeicultoras) e adesistas e monarquistas (concentrados em outras regiões do Estado).

O trabalho de Moema Siqueira⁹ reforça a tese de que o grupo mudancista era representado pela ala republicana progressista do Estado e os anti-mudancistas eram reacionários e conservadores. Grupos que, segundo a autora, se faziam porta-vozes de uma cultura urbano-industrial em oposição a uma de caráter mais tradicional. Sua contribuição em relação ao clássico trabalho de Afonso Arinos se deu no sentido de contestar a base regional dos grupos (anti-mudancistas concentrados no Centro e mudancistas na Zona da Mata e no Sul). Ela aponta para a existência de conservadores e progressistas em bases regionais difusas.

Para Vera Cardoso Silva,¹⁰ a escolha da capital também resultou de lutas inter-regionais. O elemento novo introduzido pela autora foi a ruptura da aliança entre a Zona da Mata e o Sul de Minas, que, unidos na luta mudancista, separaram-se na segunda fase da discussão, a da escolha do local. Na ocasião, o Sul teria se unido à região central, contra a Zona da Mata. A escolha da região do Curral del Rei teria se constituído em meia vitória para os interessados.

Conciliação de interesses

Entre os trabalhos que realçam o caráter conciliador da escolha desse local, destaca-se o artigo de Efigênia Resende.¹¹ Por meio de consulta aos Anais do Congresso Constituinte Mineiro e das mensagens presidenciais, a autora procurou enfocar com prioridade o papel de Afonso Pena no processo. Conclui que Pena, na condição de senador constituinte da região centro-norte de Minas, opunha-se ao projeto mudancista. Tão logo assumiu a presidência do Estado, envidou consideráveis esforços em prol da construção da nova capital. Por essa razão, a criação da futura Belo Horizonte teria resultado do interesse do Executivo estadual, ocupado na ocasião por Pena, que soube administrar e conciliar os inúmeros conflitos existentes.

Quadro do 1º Congresso do Estado de Minas Gerais, 1891. Fotografia Americana. Cortesia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.



Somando-se à mesma perspectiva, alguns autores reforçam o caráter conciliador da proposta, na medida em que ela resolveria os problemas derivados das diversidades econômicas e políticas do Estado. Este é o caso de Paul Singer,¹² que destacou o caráter centrífugo da economia mineira, dividida em pólos autônomos com interesses voltados para fora do Estado. A construção de uma capital no centro geográfico, que se diferenciassse de Ouro Preto, ou seja, que refletisse com mais fidedignidade os novos valores e crenças dominantes em uma época de mudanças intensas, poderia atenuar os arroubos separatistas com os quais o Estado permanentemente convivia, promovendo a sonhada integração entre as Minas e as Gerais.

Jonh Wirth, caminhando na direção apontada por Singer, afirma que a idéia da criação de uma nova capital expressava anseios de conferir a Minas uma certa unidade política que não existia em sua economia.

O fato de Minas não ser uma unidade econômica coerente derivava de suas origens no século XVIII, como conveniência administrativa à metrópole. Todavia, desde Tiradentes, o ideal de unificação e de tentar tornar a unidade política mais viável economicamente era um legado importante da cultura política do Estado. Esse ideal estimulou a fundação de Belo Horizonte em 1897.¹³

Peter Blasenheim,¹⁴ tal como Resende, concluiu que a escolha de Belo Horizonte teve a marca da conciliação. As regiões da Mata e do Sul tiveram ganhos ao esvaziarem o poder do Centro, retirando a capital de Ouro Preto. Por sua vez, o Centro teve como recompensa a construção de uma nova capital em seu âmbito, esvaziando politicamente o Sul e a Mata.

Iglesias¹⁵ destaca que a construção de uma capital em moldes arquitetônicos bastante modernos acabava por atender a ambos os interesses, quais sejam, o dos republicanos progressistas e o dos liberais

conservadores. Afonso Pena expressaria bem esse consenso, por ser portador de uma fleuma moderna e de um passado monarquista e conservador. Para o autor, não obstante o caráter conciliatório da escolha de Belo Horizonte, houve um grupo derrotado, o dos republicanos históricos.

Para Helena Bomeny,¹⁶ a criação da nova capital expressava uma idéia de síntese, concebida como uma resposta às antinomias e aos conflitos resultantes da diversidade de povoamento, interesses e influências do Estado. A capital surgia com o fim de conferir a Minas uma identidade própria. Em que pesem as intenções de seus formuladores, segundo a autora, o projeto de construção de Belo Horizonte não atendeu aos objetivos de se criar uma metrópole moderna para Minas, na medida em que foram para lá transplantados os laços pessoais, os vínculos familiares dos redutos rurais e as redes políticas de preservação do poder.

Pouco se fala, nesses trabalhos, acerca de um tema encoberto pelas discussões da proposta mudancista e a ela diretamente relacionado. Trata-se da questão dos limites da autonomia dos municípios e da distribuição das rendas municipais. Políticos oriundos de regiões economicamente mais dinâmicas tinham interesse na ampliação de sua autonomia, de modo a reter seus excedentes em sua região de origem. Na ausência de autonomia, restava a eles a luta por sediar a capital. Já políticos de regiões não tão dinâmicas, na ocasião, tendiam a impor obstáculos à proposta, com o fim de garantir a redistribuição de riquezas por todo o Estado. Por outro lado, insistiam na permanência da capital no Centro.

O quadro nacional também alimentava as divisões internas. A luta entre os projetos deodorista e florianista dividia a elite mineira. Para se contrapor a Deodoro, Floriano incentivava seus correligionários a fomentarem



Carlos Oswald (Rio de Janeiro, 1882 – Petrópolis, 1971). *13 de dezembro de 1893*. Óleo sobre tela, s/d, 80 x 89,7 cm. Acervo Museu Mineiro, Coleção Credireal (ACR 0061). A cena mostra a defesa do senador J. Pedro Drummond pela localidade de Belo Horizonte em seção do Congresso Mineiro em Barbacena, 1893.

ações separatistas no Estado. Qualquer oposição à mudança da capital era acompanhada por ameaças de separação.¹⁷ Como se verá, só após a renúncia de Deodoro e de Cesário Alvim é que a proposta de mudança seria aprovada.

Uma decisão política

A primeira iniciativa concreta em relação à mudança partiu do próprio Cesário Alvim, que tomou a decisão de construir a nova capital no Morro do Cruzeiro,

bairro de Ouro Preto, o qual seria ligado à velha capital por um viaduto. A proposta chegou a ser entregue a um engenheiro para execução. As críticas e pressões contrárias foram intensas. Em Juiz de Fora um *meeting* foi organizado para que a nova capital não fosse construída na própria Ouro Preto. Esse *meeting* recebeu apoio dos clubes republicanos de Minas Gerais e da imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

Numa segunda tentativa de resolver a questão, o governo Augusto de Lima elaborou um decreto transferindo a capital para a região do Rio das Velhas, onde hoje se localiza Belo Horizonte. Tal ato gerou inúmeros protestos. Não pela mudança, pois a grande maioria lhe era favorável, mas pelo local, passível de discussão. Pressionado, em abril de 1891 Augusto de Lima voltou atrás e remeteu o tema para o Congresso Constituinte.

A eleição do Congresso Constituinte Mineiro foi a expressão das lutas internas dominantes no Estado. Apesar da presença de republicanos históricos no novo governo, as oposições não cessaram, e vários conflitos marcaram a história de Minas Gerais nesse período. Sucederam-se ameaças separatistas por parte da cidade de Campanha, ao sul de Minas, e de Juiz de Fora, na Zona da Mata.

Após inúmeras disputas, o Congresso Estadual Constituinte ficou constituído conforme mostrado na Tabela 1.¹⁸

Como se pode observar pela composição do Congresso, havia uma maioria expressiva das regiões Norte, Sul e Centro. A região das Vertentes esteve igualmente bem representada. Em função das dissidências anteriores, a Zona da Mata, que reunia o maior número de dissidentes, ficou sub-representada, principalmente quando se leva em conta a importância econômica daquela região. Dos 12,5% de deputados que a representavam, estavam excluídas as suas principais

lideranças, que haviam se candidatado pelo Partido Católico e não se incluíam na chapa oficial do PRM.

Avaliando-se, com base nos grupos políticos em que o Congresso se dividia, temos, conforme a Tabela 2, a seguinte composição: um primeiro grupo liderado por Cesário Alvim e composto de monarquistas e republicanos de última hora. Concentrados nas regiões economicamente menos dinâmicas do Estado, eram contrários à mudança da capital. Já o segundo grupo era composto por propagandistas republicanos e concentravam-se nas regiões cafeicultoras. Eram favoráveis à proposta de mudança e disputavam entre si a sede da nova capital. O terceiro grupo, por fim, liderado por João Pinheiro, tinha vínculos com o alvinismo e também havia participado da propaganda republicana. Era favorável à construção de uma nova capital para o Estado.

A mudança da capital constituiu-se na pauta mais importante do Congresso Constituinte. A primeira comissão a discutir o tema foi composta conforme mostra a Tabela 3. Nela, Augusto Clementino da Silva, que tinha relações próximas a Augusto de Lima, propôs que a nova capital fosse localizada em ponto central do Estado, no Vale do Rio das Velhas. Tal proposta contemplava plenamente os interesses dos republicanos históricos ligados a João Pinheiro (Costa Reis, Idelfonso Alvim e o próprio autor da proposta). Ela foi aprovada por seis dos onze integrantes da comissão.¹⁹

Os seis nomes que aprovaram o projeto mudancista eram identificados com o republicanismo histórico. Os outros cinco, a exceção de um, com o adesismo ou com o monarquismo. A estratégia escolhida pelos dissidentes, em minoria, foi a de aderir à proposta do grupo de João Pinheiro para garantir a mudança, e com ela o enfraquecimento político do setor mais conservador do alvinismo. Ao mesmo tempo, o tema ainda iria a plenário, podendo eventualmente ser modificado.

Quando o tema foi pautado em plenário, os representantes de outras regiões apresentaram emendas propondo a construção da capital em suas bases eleitorais. Alguns chegaram com propostas concretas de oferecimento de terrenos, postos à disposição do Estado.²⁰

Dando continuidade à estratégia de seu grupo, o deputado Gama Cerqueira (dissidente/republicano histórico) propôs dividir a votação em duas partes: a primeira relativa à mudança da capital; a segunda a sua alocação futura, através de votação secreta. A proposta foi aprovada. Em seguida foi designada nova comissão para realizar estudos e apontar propostas de locais. Era composta por sete membros, sendo três da comissão anterior, conforme informa a Tabela 4.

A ausência de representação do grupo que defendia a proposta do Executivo (liderado por João Pinheiro) permitiu que propostas de outras cidades-sede pudessem ser incluídas. Assim, o trabalho da segunda comissão resultou na indicação de quatro locais: Curral del Rei, Paraúna, Barbacena e Várzea do Marçal (região próxima a São João del Rei). A estratégia do grupo contrário à mudança foi apoiar a proliferação de propostas para aprofundar as dissidências, atrasando o processo.

Ao ser levada a proposta em plenário, Carlos Alves (republicano histórico/dissidente) propôs emenda acrescentando Juiz de Fora, alegando a sua proximidade do mar e sua condição de maior cidade de Minas. A emenda foi aprovada, e Juiz de Fora passou a fazer parte dos estudos.²¹

Solução técnica

Já à frente do governo de Minas Gerais, Afonso Pena nomeou uma comissão técnica chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, com o qual mantinha relações pessoais,

para a realização de estudos. Segundo Helena Bomeny²² a escolha de Aarão Reis objetivava dar à discussão um caráter técnico e menos político. Reis era formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a mesma de Pereira Passos. Buscaria em sua proposta de trabalho a escolha de um local higienizado, ordenado e moderno, segundo padrões franceses, especialmente os de Paris.

A comissão técnica terminou seus trabalhos no ano seguinte (1893). Para a análise do relatório final da mesma, foi formada uma terceira comissão do Congresso composta de sete membros (veja Tabela 5).

O resultado obtido na terceira comissão apontou para dois locais, nesta ordem: Várzea do Marçal e Curral del Rei. Essa decisão impediu que outras propostas fossem examinadas pelo plenário.

Os anti-mudancistas, derrotados, passaram a apoiar a transferência para Curral del Rei em oposição a Juiz de Fora e Barbacena, cidades que congregavam os dissidentes. Várzea do Marçal foi posta em primeiro lugar da lista, embora o relatório de Aarão Reis fosse claramente favorável a Curral del Rei.²³ Percebe-se que tal prioridade resultou no grande controle que o Executivo tinha sobre a tramitação desse tema na comissão técnica.

Os debates foram muito intensos. A questão teve que ser adiada para uma reunião extraordinária, que só ocorreu em 1893, em Barbacena. Lá, os anti-mudancistas tentaram de todas as formas impedir que a decisão fosse tomada. Auxiliados por vários pareceres jurídicos de advogados de renome nacional, como Rui Barbosa e Saldanha Marinho, denunciavam a caducidade da proposta de mudança.

A decisão em transferir o Congresso para Barbacena justificava-se por torná-lo imune às pressões e por excluir a cidade-sede das opções de escolha.



Percebia-se, por parte da Presidência do Congresso, todo um direcionamento para a escolha recair sobre Curral del Rei.

Os anti-mudancistas foram derrotados em suas alegações. Colocou-se em votação o relatório de Aarão Reis. O plenário ainda tentou mais uma vez incluir Juiz de Fora e Barbacena como opções, mas o relatório da terceira comissão só incluía as duas regiões anteriormente citadas. A decisão se deu a favor de Curral del Rei por uma diferença de apenas dois votos, sendo que vários congressistas se ausentaram, conforme atesta a Tabela 6.

Como se vê nessa tabela, as alianças regionais foram diferenciadas em relação às anteriores, não só em razão da mudança de conjuntura, como da própria fluidez de sua composição. A opção da Mata e do Sul por Várzea do Marçal se justifica por duas razões: proximidade geográfica e oposição ao alvinismo que se reunira majoritariamente em torno de Curral del Rei. O número de abstenções foi significativo. Não nos foi possível obter dados relativos aos votos em branco. Mas as ausências foram definidoras dos resultados (14 em um total de 72), uma vez que a decisão se deu por uma diferença de dois votos.²⁴

Depois da análise das discussões no âmbito da imprensa e no interior do Congresso Constituinte, foi possível perceber a existência de dois projetos distintos que se opunham. Um ligado ao futuro e outro ao passado. Ambos foram derrotados por um terceiro projeto, que advogava a construção de uma capital moderna em um espaço da tradição, ou seja, inserindo o futuro no passado. Embora a opção vitoriosa possa refletir a conciliação entre os dois projetos em luta, tal não ocorreu, pois ambos foram derrotados. O primeiro por não sediar a capital. E o segundo por não ser mais a capital. Venceu o *tertius*, lugar-comum, em se tratando de decisões políticas que se polarizam.

Notas |

1. Para os fins deste artigo, além da bibliografia referenciada, foram consultados os Anais do Congresso Constituinte Mineiro e as coleções dos jornais *O Pharol* e *Jornal de Minas*.

2. De propriedade de Diogo Vasconcellos, era assumidamente monarquista. Ao seu lado encontrava-se Xavier da Veiga.

3. Entre elas havia 101 coletadas em Ouro Preto.

4. Em alusão ao dinâmico movimento operário existente na cidade.

5. Segundo Moema Siqueira (Mudança da capital de Minas: uma questão ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 33, 1972), o primeiro projeto de mudança ocorreu em 1720 por iniciativa do conde de Assumar como forma de se evitar as rebeliões de Vila Rica. No período da Inconfidência, seus articuladores teriam feito uma proposta de transferência da capital para São João del Rei. Em 1867, nova proposta de mudança foi feita pelo padre Agostinho Paraíso, a qual chegou a ser aprovada pelo Legislativo e vetada pelo presidente da Província. Segundo Afonso Arinos de Mello Franco (*Um estadista na república*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1956), citando informações de Abílio Barreto, até 1851, foram feitas cinco propostas de mudança.

6. LOBO, Hélio. *Um varão na república*: Fernando Lobo. São Paulo: Nacional, 1937.

7. Durante o período de discussão do tema, foram presidentes de Minas: Augusto de Lima (1891), Cesário Alvim (1891/1892), Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira (1891 e 1892) e Afonso Pena (1892/1894).

8. FRANCO. *Um estadista na República*.

9. SIQUEIRA. Mudança da capital de Minas.

10. SILVA, Vera A. C. O significado da participação dos mineiros na política nacional durante a Primeira República In: V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, Belo Horizonte. *Anais...* Organizado por Norma de G. Monteiro. Belo Horizonte, UFMG, 1982.

11. RESENDE, Maria E. L. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 39, 1974.

12. SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

13. WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na Federação brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 69.

14. BLASENHEIM, Peter L. *A regional history of Zona da Mata in Minas Gerais-Brazil: 1870/1906*. 372 f. Thesis (PhD), Stanford University, Stanford, 1982.

15. IGLESIAS, Francisco *et al.* (Org.). A constituinte mineira de 1891. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, UFMG, n. 71, julho de 1990.

16. BOMENY, Helena. *Guardiões da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

17. Acerca das disputas internas de Minas neste período, ver VISCARDI, Cláudia. M. R. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 89-99, 1999.

18. As tabelas foram construídas com base em pesquisas prosopográficas anteriormente realizadas, nas quais não obtivemos dados da totalidade dos políticos mineiros. Em um total de 72 constituintes, não dispomos de informações de 9 deles. Acerca de tais pesquisas, ver VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira. *História*, São Leopoldo - RS, v. 5, n. 4, p. 243-260, 2001.

19. Eram eles: Eduardo Cerqueira, Olinto Magalhães, Camilo Prates, Costa Reis, Idelfonso Alvim e Augusto Clementino.

20. É o caso de Eloy Reis, que oferece terras na região do Rio Grande.

21. Esta emenda foi assinada por Carlos Alves, David Campista, Idelfonso Alvim, Henrique Diniz, Octavio Ottoni e Manoel da Silva. Nota-se aí uma composição entre dissidentes e alvinistas ligados pelo republicanismo histórico.

22. BOMENY, Helena. *Guardiões da razão...*

23. RESENDE. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte.

24. A capital foi criada pelo Decreto-lei de 17 de dezembro de 1893 e recebeu inicialmente o nome de Cidade de Minas. Desmembrou-se de Sabará em 1894, e sua construção foi concluída em 1897. Recebeu o nome atual em 1901.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi é doutora em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É autora do livro *Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café-com-leite*. (Belo Horizonte, C/Arte, 2001), entre outras publicações.

TABELA 1 - Composição por Região

Região	Número de representantes	Porcentagem
Mata	9	12,50
Sul	15	20,83
Norte	16	22,22
Triângulo	3	4,16
Noroeste/Oeste	4	5,54
Centro	15	20,83
Vertentes	10	13,88
Total	72	100,00

TABELA 2 - Composição por Grupos Políticos

Grupo Político	Número	Porcentagem
Alvinista/Adesista	40	63,49
Dissidente/Rep.Histórico	5	7,93
Alvinista/Rep.Histórico	18	28,57
Total	63	100,00

TABELA 3 - Composição da Primeira Comissão

Congressistas	Grupo Político	Região
Eduardo Ernesto G. Cerqueira	Dissidente/Rep. Histórico	Mata
Olyntho M. de Magalhães	Dissidente/Rep. Histórico	Região das Vertentes
Bernardo C. da Costa Reis	Alvinista /Rep. Histórico	Mata
Idelfonso M. de Faria Alvim	Alvinista/Rep. Histórico	Mata
Adalberto Dias Ferraz da Luz	Alvinista/Rep. Histórico	Sul
Augusto Clementino da Silva	Alvinista/Rep. Histórico	Norte
Camillo Filinto Prates	Alvinista/Adesista	Norte
Virgílio M. de Mello Franco	Alvinista/Adesista	Noroeste
Afonso A. Moreira Pena	Alvinista/Adesista	Centro
José Pedro Xavier da Veiga	Alvinista/Adesista	Centro
Levindo Ferreira Lopes	Alvinista/Adesista	Centro

TABELA 4 - Segunda Comissão de Avaliação da Mudança da Capital

Congressistas	Grupo Político	Zonas
João Nepomuceno Kubitschek	Adesista/Alvinista	Norte
Cônego Manoel Alves Pereira	Adesista/Alvinista	Norte
José Pedro Xavier da Veiga	Adesista/Alvinista	Centro
Severiano N. C. de Resende	Adesista/Alvinista	Região das Vertentes
Olyntho Máximo de Magalhães	Dissidente/Rep. Histórico	Região das Vertentes
Octávio Esteves Ottoni	Dissidente/Rep. Histórico	Mata
Eduardo E. da Gama Cerqueira	Dissidente/Rep. Histórico	Mata

TABELA 5 - Terceira Comissão para Análise do Relatório de Aarão Reis

Congressistas	Grupo Político	Zonas
Carlos Ferreira Alves	Dissidente/Rep. Histórico	Mata
Otávio Esteves Ottoni	Dissidente/Rep. Histórico	Mata
Manoel E. Martins de Andrade	Alvinista/Rep. Histórico	Sul
Francisco Antônio de Sales	Adesista/Alvinista	Sul
João Nepomuceno Kubitschek	Adesista/Alvinista	Norte
Camillo Filinto Prates	Adesista/Alvinista	Norte
Nelson D. Pimentel Barbosa	Sem informações	Noroeste

TABELA 6 - Resultados Finais por Região

Região	BH	%	V.M.*	%	Ausentes	%
Mata	1	11,11	7	77,77	1	11,11
Sul	1	6,66	11	73,33	3	20,00
Norte	8	50,00	0	0,00	8	50,00
Triângulo	0	0,00	2	66,66	1	33,33
Oeste/Noroeste	2	50,00	1	25,00	1	25,00
Centro	14	93,33	1	6,66	0	0,00
Vertentes	4	40,00	6	60,00	0	0,00
Total	30	41,66	28	38,88	14	19,44

* Várzea do Marçal